AS RAÍZES HISTÓRICAS DO PATRIANOVISMO

Ao bem-aventurado Nuno de Santa Maria (Nun'Álvares), a Sta. Joana d'Arc e ao grande Cid da Espanha – guerreiros e místicos da Cristandade,

o Autor.

ARLINDO VEIGA DOS SANTOS

Chefe Geral da PÁTRIA-NOVA
(Movimento Neoimperial Brasileiro)

AS RAÍZES HISTÓRICAS DO **PATRIANOVISMO**

Sustentam-se pelas profundas raízes ocultas as árvores mais frondosas e opulentas.

Assim o IMPÉRIO DO BRASIL.

Precisamos valorizar-lhe as raízes, para que assuma vulto assombroso muitíssimo maior que o do passado.

EDITADO DA EDIÇÃO ORIGINAL DA COLEÇÃO PÁTRIA-NOVA DE 1946

EDITADO E DISPONIBILIZADO PELA GUARDA IMPERIAL DE SANTA CRUZ

NESSE livro monumental que são as "Memórias e alguns documentos para a História e Teoria das CortesGerais", diz luminoso o 2. Visconde de Santarém:

- "O estudo do passado, e dos monumentos que nos precederão, he pois a ocupação mais digna, e mais filosófica do homem de bem. Devemos o terreno, em que nascemos, a nossos Maiores, que morrêrão depois de o haverem conquistado, e nós colhemos seus trabalhos, e seus sacrifícios; seria portanto a maior ingratidão, e indignidade, se nos esquecêssemos de conservar intacto e sempre presente este patrimônio de Honra, e de Glória, que nos legárão as gerações passadas." **(Advertência preliminar).**

Foi justamente nesse espírito, tão bem definido pelo objectivo historiador lusitano, que se fundo e prossegue a obra dos Patrianovistas, dos monárquicos novos do Brasil. E, conquanto seja o Patrianovismo

doutrina actualísssima dentro da eterna novidade do verdadeiro debaixo do sol – se algo pode haver de novo – o que lhe é essencial, o que o define como absolutamente diferente das mitologias políticas do mundo de novecentos, as quais em certas cabeças atoleimadas ainda perduram, compendia-se no lastro de VERDADES ANTIGAS da sociologia, advinda da experiência dos Velhos e da rectidão de sua inteligência, guiada por uma sã filosofia humilde perante os dados do real.

Embora projeção histórica da Monarquia Lusitana, nascido o Brasil-Império sob o infeliz signo liberal transtornador da clara visão dos fenómenos políticos, não podia o nosso Estado Imperial deixar de sofrer a influência das doutrinas ânti-humanas do tempo, e daí procederam tôdas as calamidades e erros intelectuais e políticos que se desfecharam por não secreta na cômitragédia de 89.

Contudo, já naqueles mais distantes tempos da hora da nossa dita “maioridade política”, vozes havia que, conscientes do que se passava, faziam afirmação LEALISTA contra o liberalismo-constitucionallista despótico a se esboçar-se para a desgraça do Império Lusitano, a que pertencia o Reino do Brasil. Assim, o Manifesto do Conselho dos Procuradores gerais das províncias do Brasil, em 2 de junho de 1822, rezava estas sábias palavras:

- "O BRASIL QUER TER O MESMO REI, MAS NÃO QUER SENHORES NOS DEPUTADOS DE LISBOA".

E Saint-Hilaire ouvia, do povo, na leal província de São Paulo, verdades como estas:

- "Prometiam-nos tantas felicidades com esta constituição, e depois que a fizeram, estamos sempre apreensivos: Cada qual vivia quieto em casa, e agora é preciso que deixemos nossas mulheres e filhos, para correr ao Rio-de-Janeiro e Minas: NÃO ERA MUITO MELHOR SERMOS GOVERNADOS POR NOSSO REI, PELOS GENERAIS QUE NOS ENVIAVA, DO QUE POR TANTA GENTE QUE BRIGA E NÃO TEM A MÍNIMA COMPAIXÃO DO POBRE?!" (Vide "2. Viagem do Rio a Minas e a S. Paulo", trad. de A. de E. Taunay, Cia. Edit. Nacional, São Paulo, 1932. Também recomendamos, entre outros, o precioso estudo de E. R. "A Bernarda de Francisco Inácio", no vol. VII da revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1902).

Era isso a mais convincente manifestação de ânti-liberalismo, contra o despotismo paradoxal dos liberais que, sobrepondo-se ao Nosso Rei, o senhor Dom João VI, o caluniado, ensaiavam contra nós o seu regimen infame de liberdade-igualdade-fraternidade, imposto pelas "lojas" ou "vendas" francesas, regimen que "gozámos" com a acção criminosa dos partidos e por-vezes acintosamente por estadistas no 2. Império (corrigida pelo PODER PESSOAL de Pedro II), e vamos ainda fruindo com os partidos e Estados-partidos da república…

Figurou o príncipe Dom Pedro, até enquanto possível, como Chefe dessa corrente veramente tradicionalista e realista; arrastou-a, porém, a intolerância das côrtes constitucionalistas (liberais) à independência ou, antes, **separação,** que ela não desejava, pois independentes já o éramos desde 1815.

"Conservamos a consoladora esperança de que, por êstes dignos meios, as Côrtes reconhecerão a nossa justiça, e que ainda um só laço, igual e venturoso, unirá a Monarquia… Sempre fomos portuguêses e queremos ser irmãos da Europa, mas não seus escravos", escreviam os optimates da província de São Paulo aos de Minas, em 24/12/1821.

"Se o Brasil quiser agora ser "só", que o seja; mas eu não serei seu conselheiro, nem concorrerei para o seu suicídio político".

Quem proferiria estas palavras? O Andrada António Carlos, nas Côrtes de Lisboa, em 7 de agosto de 1822.

A atitude do Príncipe, atestam-na ainda as palavras aos Habitantes do Rio-de-Janeiro:

"Habitadores desta província, a representação por vós respeitosamente levada à minha real presença, e por mim aceita de tão bom grado; está tão longe de ser um princípiio de separação, que ela vai unir com laços indissolúveis o Brasil a Portugal. A desconfiança excitada entre tropa da mesma Nação (que horror!!!?) tem feito com que algumas cabeças esquentadas, e homens perversos, INIMIGOS DA UNIÃO DE AMBOS OS HEMISFÉRIOS, tenham maquinado quanto podem para

vos iludirem, já vocal, já por escrito; não vos deixei enganar; persisti sempre inabaláveis na tenção, que tendes de vos imortalizardes conjuntamente com tôda a Nação: sêde constitucionais (sic) perpétuamente; não penseis em separação; nem levemente; se isso fizerdes, não conteis com a minha pessoa; porque ela não autorizará senão acções, que sejam basificadas sôbre a honra da Nação em geral e sua em particular. Por tanto eu repito o que vos disse no dia 9 do corrente e sôbre que me fundei para aceitar a vossa representação (do "Fico"): **união e tranquïlidade**" (Proclamação a 16/01/1822).

"Se no comum estrago o terremoto (das revoluções) mistura os Monarcas com os Vassallos, sem os confundir, a revolução lhes apaga, e amortece de tal sorte a luz da Soberania, e lhe coarcta o poder, que a sublimidade do Diadema do Rei se transforma na vileza do grilhão do escravo, porque **hum Rei Constitucional he o mesmo que hum Rei pintado**".

"Ou dê hum Rei a Constituição sem lh'a pedirem, ou assine a Constituição quando lh'a levão feita, ou, degradando-se a si, vá jurar esta Constituição quando lhe mandão que o faça, entenda que deixou de ser Rei, e que fica subdito dos que até ali se dizião seus vassalos".

Essas palavras de José de Agostinho de macedo, não as leu o Príncipe, nem as escrevera ainda em 1822 o temível lidador tradicionalista.

E mal sabia Dom Pedro, o Príncipe jactantemente constitucional, ser precisamente o “constitucionalismo” liberal que carregava (não menosprezadas as concausas) a separação “dos **dois Hemisférios!**”.

Dera-nos o Rei do Brasil, Dom João Vi, quanto possível, a autarquia de que precisávamos. Fez-nos, de uma hora para outra, potência do mundo na sábia política trirreinal. Não se conformava com essa dádiva do “absoluto” Dom João VI o ciúme liberdadeiro constitucionalista dos liberais de Lisboa, que tudo nos queriam retomar. Já o vislumbrava o Príncipe, aliás, no manifesto aos Brasileiros, a 20/07/1822: - “Quem diz – brasileiro – diz – português – dissera – brasileiro. Firmeza, constância e intrepidez na grande obra começada. Contai com o vosso defensor perpétuo, que há de, em desempenho da sua palavra, honra e amor do Brasil, dar a sua vida para que o Brasil NUNCA MAIS TORNE A SER COLÓNIA, NEM ESCRAVO, e nele exista um sistema liberal (sic) ditado pela prudência, que tanto caracteriza a nossa amável pátria. Viva el-rei constitucional (!) o Sr. D. João VI, e viva a assembléia geral brasiliense, e viva a união luso-brasileira!”

O êrro das inteligências, pejadas que estavam do mal filosófico do tempo, levaria a Nação a tôdas as calamidades da idéia liberal.

Era Dom Pedro I um temperamento de reis lusos antigos e de feitio absolutista no bom sentido. Era um Soberano. Brigavam nele, todavia, duas almas contraditórias: uma que relutava pela verdade do Passado, outra que o arrastava como incoercivelmente para as pseudo-verdades "modernas", novas, do então presente liberalista, pois bem o conhecia a sua mulher, a princesa Dona Leopoldina ao dizer: "O meu marido… infelizmente ama tudo que é novidade" (V. Pedro Calmon, "História diplomática do Brasil", Livr Edit. Paulo Bluhm, Belo-Horizonte). As suas melhores atitudes, embora nem sempre as mais simpáticas à visão dos homens do seu tempo, e a tantos historiadores primários e anacrónicos de hoje, historiadores de "partido", brotaram da alma antiga – as autoritárias.

Ressumam dolorosa luta das duas almas os seus tormentosos e profícuos nove anos de Imperador "constitucional", como se deleitava em nomear-se.

Para não ceder ao liberalismo do 7 de abril, liberalismo de outros, abdica no Herdeiro, o que veio a ser um modo de "ceder".

Qual se fôra uma volta aos dias de 1822, quási dez anos antes portanto, os homens poderosos e os funcionários cabeças da revolução liberal no Brasil, como bons liberais-constitucionalistas "não cuidavam senão em DIMINUIR O PODER DO REI, aumentando o próprio; não pensando, de modo algum, nas classes inferiores. Assim o pobre lastima o Rei e os Capitães-Generais porque não sabe a mais quem implorar apoio". Pertencem

ao mesmo citado Saint-Hilaire essas lembranças do que vira, e ouvira, em 1822.

Do outro lado do Mar do Império, por essa mesma época do primeiro trintênio do século 19, acirrava-se idêntica luta entre constitucionalismo e **absolutismo,** da alma efémera e volúvel da moda política romântica contra a alma da tradição vergastada pela maior tormenta ainda sofrida. E um dos grandes advogados, um dos maiores defensores da cidadela tradicionalista, proferia estas ponderosas sentenças:

"Mas o que he o despotismo? Não confundamos idéias, que he necessário distinguir. O despotismo, segundo as noções dos Publicistas, he aquella monstruosa especie de Governo, onde hum só, sem lei, e sem regra move tudo pela sua vontade, e neste sentido as suas raias estão em contato com as do Governo monarquico absoluto, onde o Príncipe reune os tres poderes legisllativo, executivo e judicial. No sentido vulgar porém o Governo despotico ou tyrannico, que se toma pela mesma causa , he todo aquelle que não reconhece outro princípio senão a vontade de quem governa, ou seja hum só, ou sejão muitos, porque o distinctivo consiste na natureza do mesmo Governo, e não no número das pessoas, que o exercitão. A Aristocracia Veneziana não era menos despotica com os seus procedimentos inquisitoriaes, do que qualquer das Monarquias absolutas da Europa; e a Democracia Franceza immolou mais victimas com o apparato legal, e sempre em nome da liberdade, e dos direitos do homem, do que todos os Tyrannos do Bosforo nos seus frenesis sanguinarios...

Quando os povos proclamárão: **Viva o nosso Rei Absoluto,** não quizerão dizer outra cousa, senão hum Rei como os que sempre tivemos, sem restricções que lhe limitassem o uso das Faculdades Reaes.

“Absoluto vem como contraposto de **constitucional**; porém os revolucionários, que para fazerem os Reis odiosos os confundem sempre com os déspotas, e que na sua terminologia demagógica inventárão também a palavra **absolutismo** como hum synonimo de despotismo, interpretão Rei **absoluto**, como se dissesse Rei **despotico**” (Cartas de hum Portuguez aos seus Concidadãos, 1822-23, José Acúrsio das Neves).

E pois, como íamos dizendo, Dom Pedro I, para não ceder à imposições dos outros liberais, abdicou. Foi o Brasil ENTREGUE A SI-MESMO, na expressão gostosa dos democráticos e republicanos, tal qual um pai recto, cansado de aturar um filho estroina, e desesperado enfim de pô-lo no bom caminho, o despede e larga à sua sorte.

E com o 7 de abril inaugurou-se a democracia ou república regencial, época tulmultuosa em que, segundo Pontes de Miranda, devêramos aprender política brasileira (para nos capacitarmos a não ser imbecis e simiescos), ao revés de andarmos atrás de tudo quanto é fantasia de bárbaros…

Ao ingressarmos na primeira década de separação de Portugal, entrámos práticamente no regime dos sonhos republicanos (e separatistas conseqüenciais) dos liberais de Minas, Pernambuco, etc. Era uma experimentação “in anima vili” das tentativas anteriores felizmente falhadas.

Fez-se uma república liberal e democrática em pleno Império de 10 anos.

Dessa fase de nossos fastos ajuizou sensatamente um velho escritor patrício: - "A revolução de 7 de abril não produziu porém os resultados que se aguardavam".

Frisemos, aliás, entre parênteses: as "repúblicas" e "revoluções" liberais dão sempre na queixa cómica e tardia de que "não era esta a república ou revolução dos meus sonhos!" Pois está sempre no futuro nebuloso e intangível o mirabolante eden fantástico.

Continuemos o supradito autor:

"Em-vez de servirem a causa da pátria e do povo, que é sempre o sustentáculo das grandes nacionalidades, os que podiam e deviam concentrar-se num só pensamento – a unidade das províncias e a integridade do império – debateram-se cegamente em lutas fratricidas, apressando inclusivamente a aclamação do príncipe imperial, cuja infância tão salteada fôra de desgostos e contrariedades… Por um lado, a passagem rápida e precipitada de um govêrno absoluto (sic) para um govêrno constitucional (O Autor desconhece que tínhamos mais **liberdades** políticas municipais, mais auto-govêrno, na Colónia, do que no Império e (excusa dizer) na república em que o município, célula de Estado, é mero escravo dos políticos do **estado** – província, -) sem nenhuma preparação prévia dos espíritos, e a sofreguidão e mal seguro critério, que determinaram a assimilação e aplicação das idéias liberais (sic), introduzidas nas constituições européias; por outro, as relutâncias invencíveis dos partidários do antigo regimen colonial, criaram êsse mixto de liberdade e

despotismo, espécie de produto híbrido da intolerância com o cristianismo, que constitui a feição característica da legislação brasileira dessa época" (Augusto de Carvalho, "Estudo sobre a colonização e emigração para o Brasil, Pôrto, 1874).

Andava tôda a mentalidade dos grandes homens do tempo mais ou menos no estalão da de Pedro I. **Os imortais princípios,** hoje nauseabundos, em que se conluiam democráticos, socialistas, comunistas e todos os desordeiros, conglobando disparatadas concepções de vida, varriam a Europa triunfantes, ameaçadores e sangüinolentos. Eram o nazismo ou o bolchevismo daqueles dias. Eram os totalitários afinal…

O homem liberal em teoria via-se forçado a ser ânti-liberal em ficando govêrno. A doutrina "nova" emperrava a governação. "A América é ingovernável!" bradara Bolivar em momento lúcido de objectividade política. Mas se a Espanha e Portugal a governaram durante 300 anos!

Não funcionava a moderna teoria governativa. Seguia-se à lei teórica, filha dos "imortais princípios", a interpretação prática, a qual negava a doutrinação puramente abstracta, creando o desespêro dos críticos lunáticos das assembléias…

Natural, pois, que muitos brasileiros patriotas e amigos da paz, naquela atmosfera de confusão "liberal",

tivessem um “saudosismo” pela Colónia… segundo pensa ingênuamente o citado autor.

Não se queria própriamente a volta à Colónia, mas ÀS INSTITUIÇÕES ORGÂNICAS ÂNTI E PRÉ-LIBERAIS, instituições sábias, resultado não de cogitações rousseaunianas ou de enciclopedistas de gabinete, mas fruto de multissecular experiência histórica, ao contrário das etéreas sabenças “republicanas”… Aquelas, se bem que não houvessem tido plenitude na América Portuguêsa, lhe asseguram paz e relativa prosperidade e felicidade públicas, como o fazia entender, singelamente, o interlocutor de Saint-Hilaire.

Já o memorava, em 1824, o então “inactual” José Agostinho de Macedo, atrabiliário doutrinador segundo os “modernos”, quando asseverava:

“Vossas mercês quizerão, e fizerão huma Constituição; e acaso sabem Vossas mercês, que coisa seja dar huma Constituição a huma Nação cuja existência Politica se conta por muitos séculos?”

“A Constituição social não está nos livros, nem em pergaminhos, nem em papeis, he obra de outro dedo, existe na Essencia do homem em primeiro lugar, e em segundo lugar, (isto he dificil de conceber) existe na existência moral da sociedade civil”.

“… Vejamos por esta Constituição que he indestructivel na essencia da nossa Sociedade Civil o que he, foi, e será o nosso Rei, e quaes suas inditas attribuições. Os nossos Reis tem o poder Legislativo; delles immediatamente emana, e se deriva toda e qualquer jurisdicção. Tiverão sempre o poder de fazer Justiça, e de a

mandar fazer por seus Ministros. Tiverão sempre o direito de perdoar, de conceder privilegios, e recompensas, de dispôr dos Officios, de conferir Nobreza, de convocar, e dissolver as Côrtes da Nação, conforme seu poder, prudencia, e sabedorialhes dissessem que hão mister, de fazer a paz, e a guerra, de formar, e de reformar os Exercitos. Os nossos Reis como Legisladores supremos, ainda no meio das Côrtes, que elles convocão e despedem, falárão sempre affirmativamente, quando publicárão as Leis que temos escritas" (Refutação Methodica das chamadas Bases da Constituição Politica da Monarquia Portugueza, Lisboa, 1824).

Nem se objecte que fala aí um português. Pois a Nação Brasileira não começou em 7 de Setembro de 1822… e muito menos em 24 de fevereiro de 1891!…

Tratava-se, conseguintemente de um apêlo inconsciente, mas recto e respeitabilíssimo, ao recaminho da Tradição que se ia perdendo no furor democráticoe parlamentar que se ensaiava para "salvar o Brasil"…

Na falta de meios de atingir àquele **status quo ante,** ou de uma cerebridade poderosa, destemida e contra-a-corrente, capaz de impô-lo pela violência de bom-tirano que Dom Pedro (constitucional e liberal) não poderia em absoluto ter sido, apelou-se para a pré-maioridade do Imperial Herdeiro, a Pessoa Indiscutível capaz ao menos de quebrar os males provenientes das lutas facciosas dos partidos, embora houvesse no fundo a manobra do partido liberal que, assim, se aproveitava ardilosamente, a seu favor, de uma aspiração genuìnamente nacional e tradicionalista.

Da relativa paz do I. Império, tínhamos derivado para a anarquia da república regencial. Com a ascensão precoce do sr. Dom Pedro II ao trono americano dos seus Antepassados, raiou para o Brasil uma era promissora de benfazeja paz. Ardia ùnicamente a fogueira pampeana do Sul – sêmi-participante da irrequietude platina – ateada pelos partidos em 1835, vigorante a Regência.

Era a paz do sangue. Mas a guerra branca liberal, herança da mixórdia doutrinária de ante-Império, agravada pelos maus exemplos vindos de fora, continuava nos partidos, por definição ambiciosos. A guerra política permanente, pretenso índice de vitalidade. As preterições e as derrubadas. A injustiça por accepção de pessoas.

Em se ateando a sedição de 42 em São-Paulo, Feijó, contra os partidistas e os áulicos, apela desassombradamente para o poder directo e pessoal do Imperador. Eis o liberal, inconscientemente prègando contra o liberalismo, contra os partidos.

Não governam para a Nação os partidos: governam para si. A única instituição monárquica, portanto, em nossa Monarquia Imperial ficava sendo o Poder Moderador, o Imperante, por isso mesmo objecto mais tarde das fúrias dos republicanos – braço interno da conspiração internacional contra os Reis. Essas fúrias, bem no-las faz ver o sr. Oliveira Viana em sua “Evolução do Povo Brasileiro”.

Muito argutamente o compreendeu o Marquês do Paraná, o eminente realizador da CONCILIAÇÃO que fez emmudecerem os partidos, para sòmente falarem Brasileiros. Foi êsse, na política prática, um dos maiores precursores do Patrianovismo.

Do movimento da Conciliação diz o sr. Basílio de Magalhães, historiador de geração alheia à que põe tento agora em rever falsas "verdades" históricas e, logo, insuspeito para os democrateiros: - "Apesar de ter durado apenas seis anos, a conciliação foi um meio sagaz e oportuno de sopitar as paixões partidárias e de arregimentar fôrças para a grande fase da política externa de Império" (História política do Brasil, in Dicionário Hist. e Geogr. Brasileiro).

Durou de 1853 a 1859. Nessa trégua, nesse trabalho política e filosòficamente importantíssimo, pois nele se realiza, efèmeramente embora, a felicidade nacional, fica ao mesmo tempo reivindicada a verdade sociológica do bem do Estado-Orgânico contra o Estado-Partidário ou, até, uni-partidário. Avultam aí as grandiosas figuras precursoras do Patrianovismo: Paraná, Nabuco de Araújo, Tôrres Homem (na política activa), e o maior dêles, porque íntegro na Fé e no Patriotismo, o DUQUE DE CAXIAS, o Brasileiro. Êste quem substituiu a Paraná chefiando o gabinete da Conciliação, quando êsse faleceu em setembro de 56.

Representava Caxias então o pensamento unitário de Pedro II que, ralado de tristeza nessas campanhas pela Unidade Política e decorrente felicidade da Pátria, dirá

posteriormente haver passado a carregar maus governos, isto é governos partidaristas.

Mais tarde, 1862-66, estabeleceu-se a LIGA, trégua partidária entre os liberais e conservadores. Era a união provisória para o bem da Pátria, em vista das ameaças de guerras no Sul (Benditas ameaças quando restituem o juízo aos cidadãos e conseguem unir os homens particularistas no bem e no amor da Pátria!). E realmente aconteceu entrarmos em guerra longa com o Paraguai em 1864.

Não fôra possível ir-se mais adiante, em virtude da mentalidade "revolucionária" da época. Assim era em todo o mundo. E a América, por isso mesmo, ao fazer-se independente com tais idéias, bebidas de uma Europa envenenada de heresias políticas, decadente das instituições cristãs; de uma Europa que, olvidada a luta antiga da Igreja para destruir os costumes e tradições pagãs, reintroduzia no Ocidente o instituto paganista da escravidão que a Igreja de há muito abolira; - a América, repetimos, com tais idéias "novas", fez-se "ingovernável" e desgovernada.

Os pobres países americanos, podendo quiçá, com a protecção insulatória do Mar, conservar e melhorar as humanas e livres instituições coloniais, aperfeiçoá-las e ir afeiçoando-as mais e mais à sua maneira, nunca fizeram, em quási tudo, senão copiar, traduzir erros dos europeus já institucionalmente corruptos, fora do ambiente tradicional da sua formação.

Néo-ibéricos ou néo-hispânicos que somos, e devíamos sê-lo com mais ciência e consciência da nossa

grandeza civilizacional, cultural, fizemo-nos “latinos” papalvos e cacarejadores de chavões alheios ao nosso feitio; prostituímo-nos com a França da decadência; tornámo-nos joguetes imbecis dos coetâneos interêsses da astuciosa Grã-Bretanha; acabamos simiescamente, estùpidamente (para não sermos gloriosa excepção na América…), transformando-nos em “estados-unidos...”; vendemo-nos à sanha voraz do internacionalismo.

E continuamos na rota da estupidez!

O que é muito peor.

Se as raizes institucionais do Patrianovismo se aprofundam e confundem nas organizações sociais e estatuais transplantadas e adaptadas de Portugal ao Brasil – sua projecção americana, conquanto nunca houvéssemos chegado à perfeição delas **por falta de tempo** e por dispersividade espacial, - tivemos, além-disso, muitos mestres de ânti-liberalismo, de contra-revolução que agora se interpretaria verdadeira Revolução, REVOLUÇÃO DA ORDEM, contra os aspectos da república “moderna”: demo-liberal; socialista; nazista ou comunista (totalitária); pagã e satânica.

Na política activa, por enquanto, podemos nomear, além dos citados, o Padre Feijó (descontados os seus “enganos”), o qual, entretanto, fora do poder, se revelava o mais intolerável democrático, demagogo furibundo (V. revista Pátria-Nova, n. 2, dez. 1929).

Pode-se até dizer, com raras excepções e confirmando Donoso Cortés, que todo govêrno **govêrno** é realmente ânti-liberal… para poder governar.

Entre os Mestres ânti-liberais que escreveram, queremos citar dois, anónimos infelizmente. São êles: “UM PERNAMBUCANO”, autor de **Os Anarquistas e a Civilização**, Rio, Laemmert, 1860. - O autor de **A Revolução e o Imperialismo**, Rio, Laemmert,1866.

Vejamos como Um Pernambucano afirma, para os actuais néo-monárquicos, que o BRASIL É PÁTRIA IMPERIAL:

- “Monarquia e Brasil – diz êle – são duas palavras e uma só idéia; são alma e corpo, só indestrutíveis quando inseparáveis. Atacar a monarquia é atentar contra a integridade, a grandeza, o futuro da nação. Mal haja quem, para a satisfação de ódios ou de ambições ignóbeis, arremessa brandões de discórdia ao seio de populações pacíficas, e se afana por desvairar o bom juízo dos povos! Se tais peitos pulsasse um coração, não lhe quiséramos nós o ralar das vigílias. Nem o pungir dos remorsos”.

Apostados a fazer dos Reis uns entes “constitucionais”, inócuos, abstractos, sem sangue e nervos, inventaram os inocentíssimos liberais a chapa de que **o rei reina mas não governa**, modo sagaz de ficarem-se livres de peias as malandragens dos partidos que simultâneamente crearam essas **falsas monarquias de**

opereta que irão merecidamente caindo de caruncho republicano.

Quê pensará disso Um Pernambucano?

- "A máxima: **O rei reina e não governa** (já o liberal Silvestre Pinheiro o demonstrou) é uma das maiores estultícias, que se hão proferido: rei que não governa, não reina, disse um notável publicista. O govêrno pessoal é um direito e um dever no sentido em que o descrevemos" (i. é, segundo a Lei).

Quê mais diríamos nós sôbre o direito que tem o Imperador de **pessoalmente** governar, conforme a tradição de seus Antepassados?!

E os partidos?

- "Se por **partidos** se entendem o antigo arregimentar de gladiadores, o permanente alarma social, a ferocidade dos canibálicos programas, a maquinação secreta e activa contra todos e contra tudo, a espada de Dâmocles sôbre a integridade e existência do Império; oh! Sim, bemm haja a **conciliação**, se é que tendia a destruir tal praga; porém a isso e a êsses não se chama **partidos** e partidários, mas **facção** e facciosos.

Se ao contrário essa palavra significa a comunhão de princípios sinceros, exeqüíveis, desejosos de triunfar pela persuasão em arena legal, nunca mais estádio que pela conciliação se abriu a tais maquinações".

Meio indeciso ainda, hesitante em terreno mal-seguro (estava em plena fase triunfal a perversa mitologia romântica"), arreceou-se o Autor de identificar partido e facção. Ora, nenhuma diferença houve nem há, jamais em

parte alguma do universo, entre partido e facção; onde há partidos, há facciosismo.

Quando os partidos insaciáveis, gananciosos, ávidos de mandonismo e prebendas, levam as nações "à beira do abismo", conforme a chapa clássica, o temor da ruína geral, que os arrastaria implacàvelmente junto, fá-los, por egoísmo pouco heroico, atreguar-se, encolher-se, unir-se até. Passado risco, ressurgem famélicos, em ganas de recuperar o "tempo perdido", Isso no Brasil, nos Estados-Unidos, na França, na Inglaterra, na Itália, na China, em tôda parte.

Já o não assertava Nabuco, em pleno parlamento imperial?

"Não a estou condenando (à monarquia) senão por sua fraqueza, por deixar os dois partidos parasitários que só vivem do prestígio que ela tem, exporem o país a tal processo… No meio desta liqüidação dos partidos constitucionais, o próprio partido republicano há-de fazer a justiça que até agora tem feito ao nosso velho Imperador, de que a Monarquia sai de todos êstes negócios com as mãos limpas".

Mais: "Todos os anos os orçamentos saem das duas Câmaras carregados de negócios lucrativos de interêsse individual. Somos, portanto, os primeiros, os grandes patoteiros, tanto ais que quási sempre nos conservamos sentados, indiferentes, sem saber o que se está votando nos momentos em que se decidem os mais graves negócios do Estado".

Ciente de tudo isso, responde Um Pernambucano a alguém que cria na **salvação pelos partidos:**

"Bem fez o historiador da demagogia em prevenir-nos de que era poeta, **cum potestate quidlibet audendi.**"

"Qual é finalmente o remédio prático dêstes **males terríficos** e medonhos, que assoberbam o país? Pasmai da singeleza da panacéia! É reencarniçar os partidos, e fica a pátria salva! "É tempo de se fundarem os partidos que, em sua emulação fecunda, se corrijam uns pelos outros, conduzindo assim o país a prósperos e novos destinos!!". Homens, encanecidos na defesa de idéias que tendes por boas, um rasgo de pena vos anula a existência! País, que esperavas o progresso, da paz, e do concurso comum das inteligências e dos esforços, sonhavas; porque todo êle pende da guerra, ou de não sabemos que monstruoso contubérnio de antípodas princípios."

"Conhecem-se remédios que curam, e remédios que matam; deixemos êsses aos farmacopólas desalmados ou ignorantes".

Como assim pensa, refere-se ao Imperador, no agitar-se a questão da conciliação dos partidos:

"Condizia bem com esta natural missão do Imperante (consolidação pacífica da obraa de seu pai, conservação das idéias conquistadas, desenvolvimento nacional, amálgama de um povo digno de tal trono, de um trono digno de tal povo) a nobre idéia de congraçar todos os seus súbditos entre si… Devera, por todos os princípios, respeitar-se essa individualidade como superior aos debates da imprensa; mas, pais lhe atribuem a iniciativa de tal pensamento, reconheçamos, se assim é, a alta sabedoria, o acrisolado amor público que só podia ditar programa tal".

Note-se como êle compreende a função majestática, **unificadora,** continuadora, do Imperador.

E a **liberdade?** Quê é a liberdade?

É o "protestantismo político".

"É uma palavra tão sonora como inane; e todavia a êsse mesmo vago, indefinido, e inteligível deve ela o ter inspirado tantas paixões desgraçadas, e feito cometer tão deploráveis excessos".

É uma das geradoras da "ingratidão, essa virtude republicana", maneira pinturesca e real de nomear o pecado ingrato, tão comum, tão encontradiço nos chefes republicanos que se vêm traindo uns aos outros, e nessa infeliz geração formada… deformada pela república.

Sim. Liberdade! "Não há mais desalmados liberticidas que os ultra-liberais", continua êle.

Deve, porém, ser de todo em todo outra coisa a **democracia.** Devia ter previsto que estaria ela em muitíssima voga depois desta II. Guerra Grande próxima da III, máxime na bôca de republicanos, socialistas, comunistas, como antes também a usavam fascistas e nazistas. Depende do gôsto. Do que se fala e do que se cala. Principalmente do que se cala!

Ouçamo-lo discursar da grande deusa de Atenas escravista: a DEMOCRACIA:

"DEMOCRACIA! Quem é essa **filha dilecta das entranhas virgens da América...** como se fôsse gerada do século XVI? Será a forma de governo em que o povo, só, exerce a soberania? Mas essa forma não existe, jamais-nunca existiu; é um brinquedo infantil com que os hábeis iludem os povos; é uma fábula, um mito, uma alegoria filosófica".

Mas o povo é soberano, pois não?

- "**Soberania popular** – ou é axioma que não precisa repetir-se, ou um **perigo**, que importa afastar; **axioma**, se significa que os reis foram feitos para os povos, e não os povos para os reis; **perigo**, se querem com o veneno dessas palavras agitar permanentemente as sociedades, romper os antros de Éolo, para aniquilar o mundo nos vórtices dos ventos desencadeados".

Pelo menos, pode-se respeitar a verdade inconcussa da intangibilidade olímpica do sufrágio universal?

"**Sufrágios universais...** São em tôda a parte, - exclama – as **minorias numéricas** as que ditam a lei.

Por onde transluz não se altear o nosso autor a alentados vôos. Simples bom-senso: o da Verdade.

Mas a república, a deusa da livre América dos caudilhos, dos malversados, dos negocistas, dos sócios da fazenda pública, dos usurários e seus advogados, dos discurseiros, dos pronunciamentos e despronunciamentos! Que tal?

Após mostrar a "realidade republicana" pela história do mundo, desde as várias constituições delas na antiguidade e nos tempos modernos com as suas

repúblicas de opereta, de Andorra até aos Estados-Unidos e a França, desfecha:

"Quereis ser o absolvido **Texas**, o dissolvido **México**, os oscilantes **Equador, América Central, Nova-Granada, Venezuela, Peru, Bolívia, Chile, Montevidéu, Paraguai,** ou membro da **Argentina?** Respeitemos todos os Estados, mas FOLGUENTOS DE NADA DISSO SER (grifo nosso). Quis a Providência, em seus benéficos desígnios, que em nosso continente, em face de tôdas as nossas fronteiras, pudéssemos constantemente comparar nosso progressivo engrandecimento monárquico com aquelas instabilidades republicanas, empobrecimento, caudilhagem, corrupção, desesperança, terror, retrocesso. Se o Deus de Afonso Henriques levantasse um dia sua mão sôbre êste povo, nossa sorte seria aquela: a república! a miséria!"

Lê-se infelizmente, nessas palavras finais, o anúncio do que hoje somos: a república – miséria mora, miséria intelectual e económica! Miséria de carácter! Retrocesso!

Não era sem-razão o dizer Eduardo Prado: - "Entre os políticos, passam como dogmas novos erros antigos a respeito de certos países estrangeiros, sempre citados e nunca imitados. UMA DAS FÔRÇAS DO REPUBLICANISMO É A IGNORÂNCIA EM QUE VIVE O PÚBLICO BRASILEIRO DA HISTÓRIA DAS REPÚBLICAS HISPANO-AMERICANAS E DO QUE HOJE SE VAI PASSANDO NAQUELES PAÍSES" (Destinos Políticos do Brasil, in Revista de Portugal, I volume).

Algures ponderava o grande cérebro imperial que as supremas armas da propaganda republicana estavam no alegar ser a república a forma **mais adiantada** de govêrno e o ser o Brasil o único Império da América. Razões de primários e indistintos, razões tolas de retardados mentais em política.

Encerra Um Pernambucano seu julgamento da república: "A REPÚBLICA É A MENTIRA, COMO A MONARQUIA É A VERDADE" política.

E, pois, a essas três idéias falsas, de liberdade, democracia e república, hão-de opor-se três verdades imperiais: a ORDEM, a REALEZA, o REI.

A **ORDEM** "é a tranquilidade, a paz, a polícia, a disciplina, a subordinação; o estado perfeito das sociedades; a matéria-prima de tôda ventura, de todo o progresso; a imitação humana dêsse assombroso concêrto do universo, onde cada objecto creado gira em órbitas premarcadas, fenómeno estupendo, mas que nem a todos os espíritos é dado apreciar".

A **REALEZA** "é o centro naatural das associações; é a instituição, única duradoura, em todos os tempos, lugares e civilizações; a que evita as perigosas crises da suprema eleição; a que habilita um homem a colocar-se em esfera superior a paixões, e ambições humanas; meio suave de transição entre o passado e o

futuro; ápice de vasta pirámide, assento sôbre a larga base do povo”.

O **REI** “é um compatriota nosso, a quem a sorte se aprouve em conceder o que o mérito devera valer-lhe; o poderoso acessível; o sábio modesto; o filósofo sem orgulho; o esmoler sem ostentação; o assíduo protector de todos os planos, pensamentos, e homens, dignos de proteção”.

Parece-nos nada mais haver mister, para definir as ideologias, quasi ortodoxas patrianovisticamente, dêsse nosso Antepassado.

Estamos em que é um dos nossos Mestres mais preciosos, em-que pese a modicidade da sua contribuição.

Propiciou-nos o outro um modestíssimo folheto: “A Revolução e o Imperialismo”.

Difere do primeiro. Mostra-se um crítico de factos, mas do que de idéias. Exara os males que infelicitam o Brasil no seu tempo. É positivo. É claro. É leal.

As instituições estão erradas. Mas não a Instituição-Império. As instituições no Império.

Quer, como Pátria-Nova actualmente, O IMPERADOR RESPONSÁVEL QUE REINE E GOVERNE (a administração será do Povo) ESCOLHENDO LIVREMENTE OS SEUS MINISTROS. Esta a nossa **verdadeira** tradição. O Brasil – insistimos –

não começou em 1822, nem em 1891, como acreditam muitos.

Descritos os males que à sua visão infelicitam a Pátria, conclui em palavras serenas, plenas definidoras da sua atitude. Por iguais motivos, outros, menos inteligentes, menos serenos, ignaros do passado nacional, da Tradição nacional onde estão uns 80 por cento dos remédios da nossa cura política, concluíram lunàtica e individualisticamente pela república, em 1870… sem olhar para trás, mas olhando para tôdas as repúblicas do mundo, e só para elas!

Dêmos-lhe a palavra:

- "Nem mas instituições, nem nos homens actuais há remédio para tão grandes cataclismos."

"Onde, porém, os iremos encontrar?"

"Não se trata de uma revolução **política**."

"Trata-se de uma imensa convulsão social, cujo último resultado será talvez a dissolução, a morte da nação."

"Para resistir aos bulcões devastadores que ameaçam desprender-se de todos os pontos do horizonte e subverter o país em uma imensa anarquia, é indispensável que (note-se bem) O PODER SE CONCENTRE, QUE SIMPLIFIQUE O SEU MECANISMO E QUE RETEMPERE A SUA FÔRÇA NA CONFIANÇA DAS MASSAS POPULARES, EM NOVA CONSAGRAÇÃO NACIONAL."

"É preciso que se arredem todos os que levaram assim o país à borda do precipício que ameaça tragá-lo;

todos, quer se denominem conservadores, progressistas ou liberais.”

“Os homens antigos e seus degenerados filhotes estão julgados e condenados pelos seus feitos: não há mais a retroceder nesta condenação”.

Tamanhas ameaças lendo, tentam ao filósofo político as dúvidas de que os Estados estiveram sempre assim, sempre mal, sempre em perigo; que nunca a humanidade e o mundo foram diferentes e melhores. É que não há simultaneidade, ou não a havia, no bem de todos os povos, nas suas situações. Não era possível a solidariedade geral efectiva dos homens sôbre a terra, mercê do espaço divisor. Hoje fatalizam-se as repercussões de todos os grandes fenómenos sociais: um mundo só! Houve inegàvelmente certo grande progresso psicológico e perderam os homens muitas rusticidades e umas tantas grosseirices bárbaras, e, quanto aos progressos da técnica, inútil se nos afigura falar.

Continuam, no entanto, graves problemas morais e políticos, nos quais houve retrogradação e declínio sob variados aspectos. Repaganização fundamental e reabertura de problemas que a Tradição já resolvera: a Hereditariedade foi uma conquista de experiência secular; a organização das profissões (problema reaberto), conquista começada antes de Cristo; a monogamia, idem. Reabrem-se questões velhas pela perda ou desprêzo da experiência do passado, forma de soberba. Se se fizesse o mesmo no campo da ciência com tal freqüência como no da Política e da Moral, reencetando do princípio as experimentações já consumadas e vitoriosas, quê é que se

daria? Onde, em quamanho atraso técnico-científico ainda permaneceríamos hoje?

Desgraçadamente, sobretudo em Política vivemos recomeçando sempre. Desprezamos solenìssimos as descobertas dos antigos. Num mundo de maravilhoso desenvolvimento científico, tornámo-nos religiosa, moral e polìticamente atrasadíssimos: retrocedemos quási que as cavernas: república, socialismo, comunismo, anarquismo! - velhas experiências ultrapassadas pela Realeza.

Tem razão, porcerto, o apêlo do folheto ao Imperador. Pois (experiência) "As grandes virtudes, de que os nossos Augustos Reis derão admiraveis exemplos a todo o mundo, - diz Francisco Lourenço Roussado – e que lhes conseguírão hum nome immortal, todas tiverão por fundamento aquelle paternal amor, que os movia a tratar os seus Vassalos, como seus filhos, que os obrigava a soccorrellos nas indigencias, a livrallos das oppressões, a administrar-lhes justiça, a reputar como sua a causa do miseravel, e do mais infimo do povo; a preferir a utilidade pública á particular, a considerar a sua felicidade como inseparavel da felicidade do seu povo. Em huma palavra este amor aos seus Vassallos foi sempre quem lhes fazia representar a imagem da grandeza de Deos, imitando a sua bondade.

"A longa serie de factos veridicos, referidos em os Annaes da Monarquia Portugueza, nos offerecem innumeraveis exemplos, que são outras tantas provas desta verdade". F(rancisco). L(ourenço). R(oussado). O Systema dos Impios Contra o solido fundamento dos Estados impugnado, e convencido Pelas Ventagens da Sociedade

Fundadas na Religião Christã. Offerecido ao serenissimo Principe do Brasil D. JOÃO Nosso Senhor, Lisboa; Na Officina Nunesiana. 1798.

"… Varra o chefe do Estado a ineptidão, a desídia e a prevaricação que hoje dominam o país oficial; mate por sua vez o filhotismo conservador, progressista ou liberal; ABRA LIVRE CONCURRÊNCIA A TODOS OS TALENTOS E DEDICAÇÕES, E VERÁ QUE O PAÍS NÃO ESTÁ BALDO DE CAPACIDADES (grifo nosso); que se até hoje não apareciam na gerência dos públicos negócios, é porque se lhes opunha a barreira de ferro do filhotismo.

"Não há meio termo. É chegado o supremo dilema de Shakespeare: - **Tobe or not to be.**

"Ou a anarquia imensa, indefinita, ou (atente-se bem nisto do A.) A CONCENTRAÇÃO DO PODER NAS MÃOS DO CHEFE DO ESTADO E A SIMPLIFICAÇÃO DO MECANISMO GOVERNATIVO".

Já morrera o velho municipalismo livre (novo problema aberto) da **velha** Monarquia tradicional. A democracia liberal macrocéfala centraliza e burocratiza a administração… e, por motivos partidários, tem mêdo das liberdades municipais, dos direitos comunais; tem mêdo outrossim DOS MOÇOS não suficientemente corrompidos; Tem mêdo da autonomia legítima provincial. Tudo isso a propaganda republicana fingia querer. Mas não podia querer, logo que chegou ao poder: porque perderia todo o domínio de tudo e viria a dissolução. Falecia-lhe consistência para **dominar** sem centralização, escravidão dos Municípios e burocratização intensiva e

extensa, pois REABRIU (como república) O PROBLEMA DA SUCESSÃO DO CARGO SUPREMO. É o caso de dizer que a república é fraca demais para ser forte.

Adiante:

"Os paliativos agravam o mal. Os que aconselham são verdadeiros Dulcâmaras, que querem retardar a cura para viverem dela.

"Cada dia que se escoa é um passo que damos para a crise ominosa, talvez para a dissolução nacional.

"DIRIJA-SE, POIS, O MONARCA DIRECTA E FRANCAMENTE À CONSCIÊNCIA DA NAÇÃO; MOSTRE-LHE OS MEDONHOS PERIGOS QUE AMEAÇAM A SUA EXISTÊNCIA, INVOQUE A SUA DEVOÇÃO (grifo nosso) e impetre-lhe um grande acto de confiança, uma nova investidura popular. (A tal "investidura" mostra como o A. ainda cria no mito da soberania popular estraçalhada por Um Pernambucano).

"Faça-lhe ver que êle não pode continuar a ser um mero eleitor de ministros, ou antes – eleitor do presidente do conselho de ministros – e passivo homologador de seus actos; que É PRECISO QUE ACEITE TODO O PÊSO DO GOVÊRNO, TÔDA A RESPONSABILIDADE PELOS DESTINOS DA NAÇÃO E QUE, PARA SALVÁ-LA, ÊLE EFECTIVAMENTE O ACEITA (grifo nosso); que recebe tôda delegação do poder nacional para governar pela liberdade e para a liberdade.

"Solte o Imperador êste brado ingente e a nação, reconhecendo a voz do seu perpétuo defensor, se erguerá jubilosa, e o acompanhará fiel, através de todos os sacrifícios, na rota da salvação e da verdadeira liberdade;

certa de que o seu Imperador é o mais Brasileiro dos Brasileiros e o mais liberal dos liberais (sic).

"Se Deus por nós, Quem contra nós".

Sem embargo de ainda muito imperfeita, é essa uma das vozes interessantes do nosso Passado, dando lições ao presente.

Pouco mudaram as coisas. O Brasil continua quási totalmente no século XIX… Do após II Grande Guerra, vislumbra a volta ao regimen das cavernas…

Se bem que possamos achar muito pensamento politicamente recto na geração da Independência, os nossos maiores Mestres de política são os nossos perdidos avós da Colónia e da antiga Mãe-Pátria.

Somos o povo que, por jacobinismo, fugiu da escola da Tradição Nossa, Luso-Brasileira. Desertámos, de Coimbra, para Mompilher e outras estranjas onde fôramos mestres; de Camões e dos Cronistas para Voltaire, Rousseau e os Enciclopedistas. Prostituímo-nos em sabenças francesas e bárbaras, onde nos corroeu a desgraça infanda. Ensaiámos passar do equilíbrio sadio da Monarquia aristodemocrática, regime realista, para o sonho histérico da democracia pura.

Fácil se nos depara o caminho da perdição. Ínvio, áspero, difícil o da regeneração. Aparta-nos dêle, ademais, o satanismo do orgulho.

Entretanto, haja o que houver, no meio das catástrofes sociais e políticas em que nos metemos por estupidez, filosòficamente importa-nos voltar à clara sabedoria cristã dos Agostinhos e Tomás de Aquino. Històricamente, cumpre-nos retomar o caminho perdido dos factos e leis nacionais, fora da historieta de partido, caminho ora cheio de anfractuosos estorvos. Sociològicamente, precisamos repensar as Nossas Tradições positivas, para melhorá-las, actualizá-las.

Essas não estão em livros americanos, ingleses e franceses, mas sim em obras lusas ou brasileiras não-traduzidas e, amiúde, em castelhano.

Tamanho esfôrço de recuperação, já o vêm fazendo há uns trinta anos os irmãos mais velhos, filhos da nossa Comum Tradição – os monárquicos integrais portuguêses de quatro continentes.

Vão sendo revelados por êles alguns dos mestres comuns das nossas comuns instituições.

Há anos já, trabalham também, mais pobremente, os PATRIANOVISTAS e outros Tradicionalistas animosos no descobrimento e valorização das nossas raizes históricas.

Constitui êste desconchavado ensaio algo dêsse trabalho.

E, se quási nada tem para aprendido, ao menos aprendam os Brasileiros da Nova Geração (com o que não pude aqui fazer) a fazer isto mesmo que vou fazendo, porém mais bem acabado, com os vagares da especialização que nós, os primeiros clarins do Resgate, não pudemos desfrutar.

E haverão dessarte dado contribuição valiosa para a renovação político-social do Brasil, tão necessitado de mais gente séria e capaz para se opor ao regime, que por aí vai, dos macacos e dos papagaios de barbarismos catastróficos.

Sustentem-se pelas profundas raizes ocultas as árvores mais frondosas e opulentas. Assim o IMPÉRIO DO BRASIL. Precisamos valorizar-lhe as raizes, para que assuma vulto assombroso, muitíssimo maior que o do passado.

O nosso Império Racial e Territorial está como um robusto jequitibá separado das raizes, de que lhe provinham vida e esplendor.

Reatemos o caule gigantesco dêsse Império às suas fecundas raizes históricas.

E o Passado educará o presente e construirá o futuro.

SS. TRINITATI GLORIA!
Imperial Cidade de S. Paulo
de Piratininga, 12/11/1946.